CONTROLE INTERNO

Parecer de Regularidade Nº 300/2021

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11 da RESOLUÇÃO n.º11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou os autos do Processo nº16266/2021, referente à Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2020 que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato, por um período de 12 (doze) meses, a partir de 01/12/2021 e término previsto em 01/12/2022, originário de Processo Administrativo (inexigibilidade) já identificado, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva dos elevadores e escadas rolantes do Terminal do BRT, cujo valor global estimado é de R\$ R\$ 233.361,36 (duzentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e um reais, e trinta e seis centavos) previsto orçamentariamente no Projeto Atividade: 26.782.0005.2098, Elemento de Despesa: 33.90.39 e Fonte: 1630020000, a ser celebrado pela CONTRATANTE – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – SeMOB com a CONTRATADA Empresa Elevadores Atlas Schindler LTDA, .”, com base no Parecer Jurídico nº 248/2021 PROJU/SeMOB e nas regras insculpidas pela Lei n.º8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Administrativo referente ao Termo Aditivo encontra-se:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, de acordo com o Processo nº 16266/2021;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente as seguintes ressalva(s):.....

() Com irregularidade(s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumeradas a seguir:.....

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o processo administrativo referente ao Termo Aditivo encontra-se em ordem, nos termos do Parecer Jurídico nº 248/2021-PROJU/SeMOB, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e cominação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada

Belém/PA, 30 de novembro de 2021.

Maria Maurinede Rodrigues Barroso
Controladoria Interna/DG/SeMOB
Mat. Nº 0001503-022